

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de \2021

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Diretores da
Associação Transparência e Integridade
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Transparência e Integridade ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Transparência e Integridade em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) incluindo as disposições contidas no ITG 2002 (R1) -entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de junho de 2022.

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.199.094	2.921.125	Salários e Encargos Sociais	8	470.150	384.154
Contas a receber	5	3.039.361	3.721.580	Obrigações Tributárias	9	3.510	966
Adiantamentos	6	23.052	6.487	Fornecedores		2.365	15.672
Impostos a recuperar	6	419	3.047	Termos de Parcerias	10	5.886.327	6.341.307
Despesa antecipada	6	3.314	3.793			6.362.351	6.742.099
		6.265.240	6.656.032	Não circulante			
				Termos de Parcerias	10	63.805	64.138
Não circulante						63.805	64.138
Imobilizado	6	71.500	81.181	Patrimônio líquido			
		71.500	81.181	Patrimônio social negativo	12	(69.024)	(61.187)
				Superávit/Déficit do exercício		(20.392)	(7.837)
						(89.416)	(69.024)
Total do ativo		6.336.740	6.737.213	Total do passivo e patrimônio líquido		6.336.740	6.737.213

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	Notas	2021	2020
Receitas sem Restrições		533.422	224.661
Doações Pessoa Jurídica	14.a	8.422	36.210
Doações Pessoa Física	14.a	259.082	16.661
Receitas Prestação de Serviços	14.b	60.850	3.200
Receitas Financeiras		1.818	1.045
Receitas com trabalhos de voluntários	18	203.249	167.545
(-) Deduções das Receitas		(5.877)	(307)
Impostos Incidentes (Cofins)	17	(36)	-
Imposto de Serviços s/Faturamento	14.b	(1.217)	(64)
Cofins s/Faturamento	14.b	(4.625)	(243)
Receitas com Restrições		4.215.185	4.475.524
Parceiros Institucionais	14.c	4.187.188	4.463.655
Receitas e Ganhos Financeiros	17	27.997	11.869
(-) Deduções das Receitas Financeiras		(5.712)	(1.867)
Cofins s/Receitas Financeiras		(5.712)	(1.867)
Receita Líquida		4.737.017	4.698.011
Custos e Despesas Operacionais		(4.757.410)	(4.705.545)
Pessoal	15	(2.830.942)	(2.854.429)
Serviços tomados de terceiros	16	(26.669)	(26.809)
Consultorias e Assessorias	16	(1.185.272)	(1.077.890)
Viagens	16	(19.388)	(56.046)
Ocupação	16	(48.923)	(149.472)
Administrativa	16	(161.189)	(125.099)
Marketing/Desenvolvimento de Parcerias	16	(201.736)	(191.911)
Tributárias	16	(19.505)	(7.030)
Financeiras	17	(31.747)	(23.055)
Depreciações	7	(28.790)	(26.259)
Trabalhos de voluntários	18	(203.249)	(167.545)
Outros custos e despesas operacionais		-	(302)
	16	-	(302)
(Déficit) do exercício		(20.392)	(7.836)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	2021	2021
(Déficit) do exercício	(20.392)	(7.836)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de Resultado abrangente	<u>(20.392)</u>	<u>(7.836)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Superávit/(Déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(116.441)	55.254	(61.187)
Incorporação em Patrimônio Social	55.254	(55.254)	-
Déficit do exercício	-	(7.836)	(7.836)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(61.187)	(7.836)	(69.023)
Incorporação em Patrimônio Social	(7.836)	7.836	-
Déficit do exercício	-	(20.392)	(20.392)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(69.023)	(20.392)	(89.415)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	2021	2020
1. Das Atividades Operacionais:		
(Déficit) do Exercício	(20.392)	(7.837)
(+) Depreciação e amortização	28.790	26.259
Superávit do Exercício Ajustado	8.398	18.423
Acréscimo / Decréscimo do AC + ANC	682.219	(3.423.319)
(Aumento) Redução de Contas a Receber	(16.565)	769
(Aumento) Redução do Adiantamento	2.627	(2.570)
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		
	668.761	(3.421.703)
Total de Acréscimo / (Décrécimo) do AC + ANC		
Aumento (Redução) de Salários e Encargos	85.996	124.343
Aumento (Redução) de Obrigações Tributárias	2.544	(37.165)
Aumento (Redução) em Fornecedores	(13.308)	(21.316)
Aumento (Redução) Projetos em andamento	(454.980)	3.552.774
Aumento (Redução) de Despesas Antecipadas	(333)	64.138
Total de Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC	(380.081)	3.682.774
Total das Atividades Operacionais	297.078	279.494
<u>2. Atividades de Investimentos:</u>	(19.109)	(8.991)
Aquisições de Ativo Imobilizado	(19.109)	(8.991)
Aumento líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	277.969	270.503
Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa		
Caixa Equivalente de Caixa no início do exercício	2.921.125	2.650.622
Caixa Equivalente de Caixa no final do exercício	3.199.094	2.921.125
Aumento líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	277.969	270.503

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Associação Transparência e Integridade, nome fantasia Transparência Internacional Brasil (“TI Brasil”), é uma associação civil, independente, sem fins lucrativos, político-partidários ou religiosos, fundada em 19 de julho de 2016, sob o CNPJ 26.219.946/0001-37.

Somos parte do movimento global da Transparência Internacional (“TI”) cuja visão é um mundo em que governos, empresas e o cotidiano das pessoas estejam livres da corrupção. Nossa luta contra a corrupção não é e nunca será um fim em si mesmo. É uma luta por justiça social, realização de direitos e paz.

Entendemos que a corrupção possui raízes profundas e se vale de diferentes condicionantes, desde aspectos legais e institucionais, até comportamentais. Por isso, agimos sobretudo para promover mudanças sistêmicas.

Através de sua presença em mais de 100 países, a Transparência Internacional lidera a luta contra a corrupção no mundo. Chamamos as equipes locais de cada país de Capítulos Nacionais. E todos recebem o apoio de uma base central localizada em Berlim que chamamos de Secretariado.

A presença internacional nos permite compreender a corrupção por uma perspectiva comparada, o que nos dá referências para avaliar a real gravidade de diferentes situações e, principalmente, identificar soluções que podem ser transferidas entre países com contextos distintos, mas que enfrentam problemas, muitas vezes, similares. Não chegamos com respostas prontas, mas combinamos as lições da experiência internacional com o conhecimento e as potencialidades locais.

Além disso, o alcance global permite à Transparência Internacional ocupar espaços estratégicos nos diferentes fóruns e organismos multilaterais, atuando para promover convenções anticorrupção e a efetiva implementação de acordos internacionais que enfrentam o problema de forma coletiva, regional e global.

Com mais de duas décadas de experiência, desenvolvemos uma reconhecida capacidade de pesquisa e um amplo estoque de ferramentas e soluções anticorrupção. Este conhecimento técnico é complementado pelo acesso a uma rede de especialistas e líderes internacionais e, talvez nosso ativo mais valioso, nossa reputação de imparcialidade e habilidade de convocar e interagir construtivamente com os mais diversos stakeholders.

Formamos um grupo de colaboradores e colaboradoras que trabalham no apoio e mobilização da sociedade civil, produção de conhecimento, conscientização e comprometimento de empresas e governos com as melhores práticas globais de transparência e integridade, entre outras atividades.

Atuamos para dar transparência às informações que ficam na sombra. Pesquisamos, interpretamos, divulgamos os fatos. Trazemos conhecimento para enriquecer o debate e ajudar a sociedade e as instituições a exercerem seu papel na luta contra a força destrutiva da corrupção, que gera injustiça e desigualdade. Fazemos isso respeitando os direitos, sem cair numa atitude cega e intolerante.

1.1. Centros e áreas institucionais e programas temáticos

a. Desenvolvimento Institucional e Governança

A promoção da transparência e de boas práticas de governança são centrais na missão da TI. Temos na área de Desenvolvimento Institucional e Governança o núcleo responsável por zelar pela governança e pela administração operacional e financeira da organização, nos padrões que defendemos perante a sociedade. Processos e responsabilidades relacionadas a recursos humanos, orçamento, tecnologia e segurança da informação, contabilidade, compliance, planejamento e monitoramento de resultados são dirigidos sob esta área.

b. Comunicação e Engajamento

A ponta de lança de nosso trabalho se dá pela comunicação. Esta área estratégica é responsável pela elaboração e implementação da comunicação para advocacy efetivo de nossas mensagens. Produção de conteúdo, gestão de redes sociais, criação original de arte e articulação com diferentes atores e setores da mídia tradicional e digital compõem o escopo de trabalho dessa área.

c. Centro de conhecimento anticorrupção

Com mais de 20 anos de luta contra a corrupção e presença em mais de 100 países, a TI acumulou um vasto conhecimento sobre a corrupção e suas soluções. Pesquisando e aprendendo com a prática, ela desenvolveu um amplo portfólio de publicações, bancos de dados, índices, metodologias, métodos de treinamento e até mesmo um centro de atendimento para ativistas e profissionais de áreas que podem influenciar no combate à corrupção. Esse conhecimento, aliado à sua extensa rede de especialistas, levou a TI a ser reconhecida como o principal *think-tank* sobre transparência e boa governança no mundo. Uma parte fundamental da estratégia da TI Brasil é que o estabelecimento do Centro de Conhecimento Anticorrupção (CCA) possa aproximar a produção de conhecimento da TI a outras comunidades epistêmicas, principalmente no chamado "Sul Global". Ainda em fase de incubação, o CCA tem como meta expandir nossa pesquisa aplicada às especificidades da luta contra a corrupção nos países em vias de desenvolvimento e servir como vetor de sistematização e compartilhamento de conhecimento anticorrupção entre os países do Sul Global.

d. Centro de apoio e incidência anticorrupção

O Centro de Apoio e Incidência Anticorrupção (CAIAC) está atualmente em fase piloto. O Centro tem como missão principal fortalecer o trabalho do movimento anticorrupção no Brasil, dando apoio às organizações e ativistas de base que combatem a corrupção nos municípios do Brasil e promovendo o controle social.

e. Programa de integridade em mercados emergentes

A Transparência Internacional acredita que estimular a integridade no setor privado é essencial para que o combate à corrupção seja efetivo. Os Princípios de Negócios para Combater o Suborno (Business Principles for Countering Bribery), criados há mais de 15 anos pela TI, tiveram papel embrionário de fundamentar tecnicamente a maioria das iniciativas que hoje existem para promover padrões globais de integridade no setor privado. Hoje, a TI atua em diversos países com foco nos negócios e tem uma ampla gama de ferramentas criadas para incentivar empresas no desenvolvimento de programas anticorrupção, governos na promoção de reformas em áreas importantes relacionadas aos negócios e sociedade civil no monitoramento e engajamento do setor privado. A atuação da TI no setor privado, em âmbito internacional, integra o Programa de Integridade em Negócios (Business Integrity Programme), coordenado pelo Secretariado da TI em Berlim. Na TI Brasil, o Programa de Integridade em Mercados Emergentes (PIME) é nosso núcleo de produção de conteúdo e de engajamento em prol da integridade corporativa, estimulando a adoção de melhores práticas de integridade nos negócios no Brasil e levando as lições do caso brasileiro a outros mercados emergentes. O PIME segue a lógica da atuação da TI no Brasil como base para incidir regionalmente e em outras esferas de influência do país, como os BRICS.

f. Programa de integridade socioambiental

A corrupção no setor ambiental ameaça seriamente a capacidade do Brasil de atingir um desenvolvimento sustentável. A TI Brasil, através do Programa de Integridade Socioambiental (PISA), busca contribuir com a agenda ambiental agregando nosso conhecimento sobre esquemas de corrupção que afetam amplamente os desafios socioambientais, principalmente em áreas sensíveis como o licenciamento ambiental, registro de terras, indústria extrativa, grandes obras de infraestrutura e o financiamento climático. O PISA toma também como referência o histórico de atuação da TI nesta área, em âmbito global, desde a promoção da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas até o Programa de Integridade em Financiamento Climático. As metas são, de um lado, a melhoria dos marcos regulatórios, procedimentos e capacidade institucional de órgãos públicos e, de outro, a mudança de comportamento dos agentes privados. Para gerar uma mudança efetiva e sustentável é preciso identificar claramente as reformas necessárias e assegurar amplo apoio do setor público e outras partes envolvidas (empresas, comunidades, imprensa, entre outros) na implementação dessas mudanças.

g. Programa de governança local: cidades e comunidades

A disparidade entre os mecanismos nacionais (nível federal) e subnacionais (níveis estadual e municipal) de controle da corrupção é enorme. A corrupção local afeta mais diretamente o dia a dia das pessoas e, o mais importante, suas redes locais assentam os pilares de suporte da grande corrupção em níveis nacional e transnacional. Porém, a corrupção local, embora disseminada, em geral é realizada com esquemas relativamente pouco sofisticados, que podem ser identificados e reprimidos com mais facilidade que aqueles da grande corrupção.

Os maiores desafios nesse caso são as muitas frentes de atuação, a falta de capacidade do estado e da sociedade civil e os contextos potencialmente violentos que impedem o controle social através do medo. Com a difusão do conhecimento, desenvolvimento de capacidades e de condições seguras, soluções simples contra a corrupção poderão ser replicadas com eficiência em milhares de municípios brasileiros. O Programa de Governança Local da TI Brasil tem como metas, de um lado, o avanço dos sistemas e processos públicos e, de outro, a mudança de comportamento dos atores privados.

1.2. Impactos do COVID 19

O avanço do Coronavírus (“COVID-19”) afetou a economia global e, conseqüentemente, o Brasil, onde o impacto com a desvalorização do câmbio e desaceleração do PIB foi bem relevante.

No período de 2020 e 2021 houve decréscimo em gastos com viagens, hospedagens e eventos, pelas restrições de movimentação e aglomeração. Entretanto houve aumento nos gastos com equipe e operações para manter o teletrabalho, e meios digitais, para expandir o alcance.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da resolução ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros e também pela NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da Associação em 28 de junho de 2022.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas levando em consideração o custo histórico como base de valor, com exceção dos bens e serviços recebidos em doação, que estão mensurados pelo valor justo na data da doação.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) Nota Explicativa nº 7: Valor residual do ativo imobilizado e como também a vida útil.

e. Determinação do valor justo

Determinadas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

(ii) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando se transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(iii) Custo amortizado

Ativos financeiros classificados como custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iv) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(v) Recursos vinculados a projetos governamentais e parceiros

Recursos vinculados a projetos representam os saldos líquidos de recebimentos em bancos conta movimento, valores a receber, aplicações financeiras que possuem utilização restrita, subtraindo os subsídios governamentais e parcerias.

(vi) Passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. Os passivos financeiros que a Associação possui são fornecedores e outros contas a pagar.

c. Ativo imobilizado

(vii) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável, quando necessárias. Os ativos imobilizados recebidos em doações são mensurados a valor justo da data da doação.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

O software comprado, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

(viii) Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(ix) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis médias estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercício comparativo são as seguintes:

Descrição	Anos
Equipamentos de Processamento de Dados	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

e. Provisões, passivos - circulante e não circulante

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

(i) O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As verbas de contratos de projetos recebidas para custeio e investimento observam os procedimentos e critérios previstos na ITG 2002 (R1) - Entidade Sem finalidade de Lucros:

(ii) Recursos: Quando ocorre o contrato de parceria é reconhecido um ativo em contrapartida ao projeto a executar (termos de parcerias) no passivo circulante.

(iii) Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos do contrato de gestão, são reconhecidas as receitas correspondentes as despesas geradas em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.

Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionado aos contratos de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com os projetos restritos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica. Tratando-se de contratos de projetos sem restrições as despesas e receitas seguem o regime contábil de competência de exercício.

g. Trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Associação registrou o montante de R\$ 203.248 (2021) e de R\$ 167.544 (2020) referente a trabalhos voluntários.

h. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	3.689	3.486
Banco (recursos livres)	1.653	35.263
Aplicação financeira (recursos livres)	3.193.751	2.882.376
	<u>3.199.094</u>	<u>2.921.125</u>

Representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata 5,03%a.a., 5,12%a.a. e 4,13% a.a até a data do balanço.

5. Contas a receber

a. Composição

	2021	2020
Doações Plataforma (PF)	1.346	-
The Norwegian Ministry of Foreign Affairs	953.961	1.831.270
Gordon and Betty Moore Foudation	-	1.402.947
Danida International Development Cooperation	154.093	213.277
ICS - Instituto Clima e Sociedade	125.000	124.000
Proetica Consejo	-	109.118
Consulado Geral do Canadá	-	22.346
Transparency International - Secretariat	1.098.071	18.621
United Nations of the World	9.478	-
Freeland Foundation	697.412	-
	<u>3.039.361</u>	<u>3.721.580</u>

Vale ressaltar que os projetos estão descritos na Nota Explicativa nº 10.

b. Idade dos saldos do contas a receber

Abertura por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é conforme segue:

	2021	2020
A vencer		
Até 30 dias	169.927	-
De 31 a 60 dias	-	142.621
De 61 a 90 dias	-	84.699
Acima de 91 dias	2.715.341	3.434.284
	<u>2.885.268</u>	<u>3.661.604</u>
Vencidos		
De 31 a 60 dias	154.093	59.976
	<u>154.093</u>	<u>59.976</u>
	<u>3.039.361</u>	<u>3.721.580</u>

6. Outros Ativos Circulantes

Descrição	2021	2020
Adiantamento Salarial	1.586	-
Adiantamento de Férias	7.230	3.135
Adiantamento para Viagens	250	267
Adiantamento a Fornecedores	2.555	3.085
Outros Adiantamentos	11.431	-
Total Adiantamentos	23.052	6.487
IRRF a compensar	419	419
INSS a compensar	-	2.627
Total Impostos a Compensar	419	3.047
Prêmios de Seguros a Apropriar	1.112	-
Assinatura de Periódicos	-	269
Outras Despesas Antecipadas	12	-
Cartões Corporativos	2.190	3.524
Total Despesas Antecipadas	3.314	3.793
	26.785	13.327

7. Imobilizado

As movimentações do custo, da depreciação e da baixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas nos quadros a seguir:

Descrição	Custo	Depreciação		
		Acumulada	2021	2020
Equipamentos Proc. Dados	156.399	(84.900)	71.500	81.181
	156.399	(84.900)	71.500	81.181

Descrição	2020	Adições	Depreciação do	
			exercício	2021
Equipamentos Proc. Dados	81.181	19.109	(28.790)	71.500
	81.181	19.109	(28.790)	71.500

8. Obrigações trabalhistas

	2021	2020
Provisão e encargos sociais sobre férias	296.505	209.109
Salários e ordenados a pagar	81.630	89.150
Rescisões a pagar	-	19.575
INSS a recolher	51.613	51.438
FGTS a recolher	-	-
IRRF s/Folha de Pagamento a Recolher	38.829	14.882
PIS s/Folha de Pagamento a Recolher	1.573	-
	<u>470.150</u>	<u>384.154</u>

9. Obrigações tributárias

	2021	2020
COFINS A RECOLHER	2.572	336
ISS A RECOLHER	400	32
IRRF A RECOLHER	131	168
PCC A RECOLHER	407	413
RETENCAO ISS A RECOLHER	-	18
	<u>3.510</u>	<u>966</u>

10. Termos de parceria

a. Composição saldos

Os recursos são provenientes de empresas privadas destinadas ao cumprimento do objeto social da Associação Transparência e Integridade. O montante reconhecido como receita restrita no resultado do exercício, a junção das aplicações com o imobilizado, é de R\$4.187.188, (nota explicativa nº 14.c). O saldo inicial de R\$6.405.445 referente a 2020 foi aplicado durante 2021 e o saldo remanescente, no montante R\$5.950.132, será aplicado em programas no exercício de 2022 e se refere ao saldo dos financiadores conforme abaixo:

	Movimentação Recursos 2021					2021
	2020	Captação	Aplicação	Rendimentos	Imobilizado	
TI SECRETARIADO	24.039	276.994	(66.448)	-	-	234.585
11.02 - GACC 20	23.963	16	(23.979)	-	-	-
11.03 - CSTI 20	76	(76)	-	-	-	-
11.04 - ARBAC	-	277.053	(42.468)	-	-	234.585
COOPERACAO INTERNACIONAL	2.265.498	1.268.640	(1.573.391)	41.506	7.396	2.009.649
12.01 - NORUEGA 18-19	11.724	-	-	-	(3.782)	7.941
12.02 - NORUEGA 19	7.569	-	-	-	(2.072)	5.497
12.05 - NORUEGA 20	1.924.531	40.065	(952.049)	33.212	13.250	1.059.008
12.06 - CANADA 20-21	33.206	58.546	(91.752)	-	-	-
12.07 - REDLAD 20	119.123	6.030	(125.153)	-	-	-
12.08 - DINAMARCA 20	169.347	944	(170.290)	-	-	-
12.09 - SANCUS 21	-	1.163.055	(234.147)	8.294	-	937.202
FUNDAOES PRIVADAS	4.110.945	1.763.143	(2.401.717)	70.168	(7.728)	3.534.811
13.01 - FORD	5.303	-	-	-	(1.768)	3.535
13.02 - CLUA 19-20	182.815	(1)	(177.177)	-	(1.735)	3.903
13.03 - LUMINATE 19-20	18.482	-	-	-	(5.027)	13.454
13.04 - OSF 19-21	33.106	(509)	(25.778)	-	(1.872)	4.948
13.08 - MOORE 20	3.822.747	(21.357)	(1.382.832)	56.430	2.673	2.477.661
13.09 - JORNADA 20	48.491	-	(30.324)	-	-	18.168
13.10 - FREELAND	-	697.412	(42.861)	-	-	654.551
13.11 - OSF 21-23	-	1.087.598	(742.746)	13.738	-	358.590
ONGS/UNIVERSIDADES/INSTITUTOS	-	275.000	(113.742)	2.513	-	171.088
15.01 - ICS 19-20	4.963	(3)	(4.960)	-	-	-
15.02 - UNODC	-	15.034	(15.034)	-	-	-
15.03 - UNCAC	-	18.882	(11.564)	-	-	7.317
15.04 - ICS 21- 22	-	275.000	(113.742)	2.513	-	163.770
	6.405.445	3.617.688	(4.186.855)	114.187	(332)	5.950.132

Circulante
Não circulante

	2021	2020
	5.886.327	6.341.307
	63.805	64.138
	5.950.132	6.405.445

b. Cronograma de recebimentos dos projetos

	Data Início	Data Final	Cronograma de Projetos em Andamento					2022	2023	Total
			MOEDA	2019	2020	2021	2022			
TI SECRETARIADO										
11.02 - GACC 20	01/02/2020	31/01/2021	EURO	-	20.450	2.175	-	-	22.625	
11.03 - CSTI 20	20/08/2020	31/01/2021	EURO	-	4.254	746	-	-	5.000	
11.04 - ARBAC	01/09/2021	15/09/2022	USD	-	15.019	35.045	-	-	50.064	
COOPERACAO INTERNACIONAL										
12.05 - NORUEGA 20	01/01/2020	31/12/2022	NOK	-	1.992.000	1.500.000	1.508.000	-	5.000.000	
12.06 - CANADA 20-21	01/06/2020	30/04/2021	CAD	-	27.517	19.936	-	-	47.453	
12.07 - REDLAD 20	01/07/2020	31/07/2021	USD	-	9.000	21.000	-	-	30.000	
12.08 - DINAMARCA 20	01/09/2020	30/06/2021	DKK	-	-	70.000	179.055	-	249.055	
12.09 - SANCUS 21	01/06/2021	31/12/2023	EURO	-	-	43.349	71.417	71.417	186.183	
FUNDACOES PRIVADAS										
13.02 - CLUA 19-20	01/01/2019	31/07/2021	USD	249.516	-	-	-	-	249.516	
13.04 - OSF 19-21	01/08/2019	31/01/2021	USD	425.000	-	-	-	-	425.000	
13.08 - MOORE 20	13/07/2020	31/12/2022	USD	-	530.000	270.000	-	-	800.000	
13.09 - JORNADA 20	01/09/2020	31/03/2022	USD	-	11.500	-	-	-	11.500	
13.10 - FREELAND	01/10/2021	30/09/2023	USD	-	-	13.495	47.790	63.702	124.987	
13.11 - OSF 21-23	01/02/2021	31/07/2023	USD	-	-	200.000	-	-	200.000	
ONGS/UNIVERSIDADES/INSTITUTOS										
15.01 - ICS 19-20	01/10/2019	31/01/2021	BRL	124.000	-	124.000	-	-	248.000	
15.02 - UNODC	01/01/2021	31/08/2021	USD	-	-	2.958	-	-	2.958	
15.03 - UNCAC	01/06/2021	01/02/2022	USD	-	-	1.500	1.500	-	3.000	
15.04 - ICS 21- 22	01/07/2021	30/06/2022	BRL	-	-	150.000	125.000	-	275.000	

Os projetos não citados acima não possuem descritivo pois foram encerrados em 2020, ou anterior, e seus saldos em 2021 se referem a imobilizados a depreciar reconhecidos como resultados de exercícios futuros no passivo.

c. Especificações dos projetos

11.02 - BRAZIL GLOBAL ANTI - CORRUPTION CONSORTIUM PROJECT (GACC 20)

Apoiador: Transparency International Secretariat

Início: 04/02/2020

Término: 31/01/2021

Valor total: € 22.625,00

Breve descritivo: Esta iniciativa está estruturada em torno de três objetivos: Objetivo 1 - Avançar nas discussões e projetos de regulamentação da prática de Lobby, capaz de minar a corrupção e os conflitos de interesses no setor público e, aumentando a transparência, promovendo a participação cívica na arena democrática; Objetivo 2 - Fomentar a adesão do Brasil à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI); Objetivo 3 - Desenvolver conhecimentos sobre governança do setor de mineração, incluindo a percepção dos principais interessados sobre os riscos de corrupção no setor.

11.03 - CASE STUDY FOR A REPORT ON UNDUE INFLUENCE & TAX INCENTIVES (CSTI)

Apoiador: Transparency International Secretariat

Início: 20/08/2020

Término: 31/01/2021

Valor total: € 5.000,00

Breve descritivo: O estudo de caso se concentrará nos fatos que cercam a promulgação da presidência provisória Decreto (MP) nº 471/2009, aprovando incentivos fiscais para a indústria automotiva em regiões específicas do Brasil. Este esquema de corrupção veio ao conhecimento público pela primeira vez como parte da Operação Zealots, uma investigação que revelou o pagamento de propina na administração tributária brasileira.

11.04 - ARBAC-19: ADAPTIVE, RISK-BASED APPROACHES TO ANTI-CORRUPTION IN COVID-19 RESPONSES (ARBAC)

Apoiador: U.S. Department of State pelo programa Democracy, Human Rights and Labor (DRL) via Transparency International Secretariat

Início: 01/09/2021

Término: 15/09/2022

Valor total: US\$ 50,063.60

Breve descritivo: O objetivo deste projeto é capacitar e apoiar a sociedade civil no combate à corrupção para monitorar os mecanismos de compras de emergência, anticorrupção, integridade e transparência da Covid-19 aplicados ao setor de Saúde dos governos municipais. Este programa irá treinar e financiar 10 ONGs anticorrupção locais para aplicar o Ranking de Transparência nas Respostas ao COVID-19 e avaliar os níveis de transparência de seus municípios, estabelecer contato com órgãos de supervisão, reforçar suas estruturas anticorrupção para a emergência pandêmica e manter o controle local responsável pelo poder, possivelmente envolvendo outras ONGs para fazer o mesmo.

12.05 - SUPPORT TO TI BRAZIL (NORUEGA 20)

Apoiador: The Norwegian Ministry Of Foreign Affairs

Início: 01/01/2020

Término: 31/12/2022

Valor total: NOK 5.000.000,00

Breve descritivo: O apoio visa fortalecer as iniciativas da TI Brasil e contribuir para transformações sistêmicas através do avanço de medidas anticorrupção e da defesa contra retrocessos nos aparatos legal e institucional do país.

12.06 - SUPPORTING SUBNATIONAL GOVERNMENTS ADVANCE INTEGRITY AND OPEN GOVERNMENT PRINCIPLES IN THEIR PUBLIC ADMINISTRATIONS (CANADA 20-21)

Apoiador: Consulado Geral Do Canadá

Início: 01/06/2020

Término: 30/04/2021

Valor total: CAD \$ 47,453.00

Breve descritivo: As atividades do projeto incluirão: 1) Fortalecer a ferramenta de diagnóstico de transparência para os governos, analisando os resultados alcançados na primeira fase com especialistas e acadêmicos e integrando suas contribuições. 2) Aplicação da ferramenta de diagnóstico de transparência a cinco governos estaduais adicionais (o processo incluirá pesquisas, entrevistas com autoridades estaduais e acesso à informação). 3) Desenvolvimento e aplicação de uma metodologia para analisar as divulgações de compras emergenciais pelos governos subnacionais no contexto da resposta à pandemia; e disseminar resultados através da mídia tradicional e social.

12.07 - CÚPULA DAS AMÉRICAS 2021 (REDLAD 20)

Apoiador: Latin American and Caribbean Network for Democracy, REDLAD (via Proética, capítulo peruano da Transparência Internacional).

Início: 01/07/2020

Término: 31/07/2021

Valor total: US\$ 30,000.00

Breve descritivo: O propósito do apoio é fortalecer a implementação de mecanismos de coordenação da sociedade civil no âmbito da Cúpula das Américas 2021 para garantir que a participação de organizações da sociedade civil na região tenha um papel significativo e institucionalizado nos processos da Cúpula. Ademais, tem como objetivo fortalecer a capacidade de OSCs na luta contra a corrupção no continente.

12.08 - BASELINE ASSESSMENT ON DIGITALIZATION AND TRANSPARENCY IN BRAZILIAN STATE GOVERNMENTS (DINAMARCA 20)

Apoiador: Danida International Development Cooperation

Início: 01/09/2020

Término: 30/06/2021

Valor total: DKK 249.055,00

Breve descritivo: O propósito do projeto é expandir a compreensão do papel da digitalização na luta contra a corrupção nos governos estaduais brasileiros e promover a implementação de boas práticas internacionais em uma agenda de digitalização para os governos estaduais.

12.09 - SANCUS: STRENGTHENING ACCOUNTABILITY NETWORKS AMONG CIVIL SOCIETY (SANCUS 21)

Apoiador: European Initiative for Democracy and Human Rights (EIDHR)

Início: 01/06/2021

Término: 30/12/2023

Valor total: € 186.183,38

Breve descritivo: Visa melhorar a responsabilização democrática das instituições públicas em todo o mundo, capacitando as OSCs a exigirem mudança para lidar com os déficits de responsabilidade e anticorrupção. O secretariado da Transparência Internacional é coordenador global, quatro capítulos da TI são responsáveis pela coordenação regional e implementação nacional em seus países, bem como 17 OSCs nacionais serão responsáveis pela implementação nacional, incluindo o Parceiro de este acordo. A TI Brasil é responsável pela entrega de atividades de nível nacional em seu próprio país.

13.02 - PREVENTING AND COMBATING CORRUPTION IN LOGGING, LAND MANAGEMENT AND MAJOR INFRASTRUCTURE PROJECTS (CLUA 19-20)

Apoiador: Climate and Land Use Alliance

Início: 01/01/2019

Término: 31/07/2021

Valor total: US\$ 249.516,00

Breve descritivo: O principal propósito do projeto é trazer a experiência da Transparência Internacional para o Brasil, integrando os temas de prevenção e combate à corrupção com as questões ambientais e de uso da terra. As ações previstas promoverão um maior conhecimento sobre a relação entre corrupção e a agenda socioambiental, sensibilizarão a população e atores-chave sobre o tema e buscarão contribuir com melhores instrumentos e práticas de transparência, de governança, de prevenção e combate à corrupção. O projeto priorizará três agendas temáticas e duas transversais: 1) Exploração florestal madeireira; 2) grandes obras de infraestrutura; 3) Gestão fundiária, grilagem e *land grabbing*; 4) Novas medidas contra a corrupção; 5) Acordo Regional do Princípio 10.

13.04 - GENERAL SUPPORT TO T.I. BRAZIL 2019-2021 (OSF 19-21)

Apoiador: Foundation to Promote Open Society

Início: 01/08/2019

Término: 31/01/2021

Valor total: US\$ 425,000.00

Breve descritivo: Apoio para fortalecimento institucional da Transparência Internacional - Brasil, especialmente de suas áreas de Conhecimento, Governança e Compliance e Engajamento e Comunicação.

13.08 - REDUCING SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPACTS OF INFRASTRUCTURE PROJECTS IN THE AMAZON (MOORE 20)

Apoiador: Gordon and Betty Moore Foundation

Início: 01/07/2020

Término: 31/12/2022

Valor total: US\$ 800,000.00

Breve descritivo: Redução do impacto social e ambiental de projetos de infraestrutura na Amazônia: (i) defendendo instituições de controle federais e estaduais (Tribunais de Contas e Controladores da União e do Estado do Amazonas) para aumentar a quantidade e/ou a qualidade das auditorias ambientais e de integridade nas BR-319, (ii) advogando mudanças institucionais e regulatórias na estrutura das instituições de controle para aumentar a quantidade e a eficácia de seu trabalho em defesa do meio ambiente; e (iii) aumentando e disseminando o conhecimento das organizações da sociedade civil sobre como essas instituições podem atuar em defesa do meio ambiente no contexto da BR-319 e em outros locais da região amazônica.

13.09 - CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO (JORNADA 20)

Apoiador: Climate and Land Use Alliance

Início: 01/09/2020

Término: 31/03/2022

Valor total: US\$ 11,500.00

Breve descritivo: O propósito é apoiar a criação de campanhas de comunicação da TI Brasil que alavanquem pesquisa de segmentação de audiência.

13.10 - EXPANDING DETECTION, INTERDICTION, INVESTIGATION AND CASE ADJUDICATION OF CROSSBORDER WILDLIFE TRAFFICKING THROUGH BRAZIL (FREELAND)

Apoiador: U.S. Department of State pelo programa Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs (INL) em parceria com a Freeland Foundation.

Início: 01/10/2021

Término: 30/09/2023

Valor total: US\$ 124,986.50

Breve descritivo: Visa aumentar a capacidade de combate ao tráfico de espécies silvestres pelos órgãos públicos brasileiros. Os principais resultados esperados incluem o aumento da capacidade dos órgãos de detecção e investigação desse crime, a melhora da responsabilização administrativa e penal, o aumento da coordenação transnacional e a diminuição das oportunidades de corrupção e lavagem de ativos. O Projeto será executado em parceria com Freeland Brasil, WWF Brasil e IFAW.

13.11 - GENERAL SUPORT TO T.I. BRAZIL 2021-2023 (OSF 21-23)

Apoiador: Foundation to Promote Open Society.

Início: 01/02/2021

Término: 31/07/2023

Valor total: US\$ 200,000.00

Breve descritivo: O apoio visa fortalecer as iniciativas da TI Brasil e contribuir para transformações sistêmicas através do avanço de medidas anticorrupção e da defesa contra retrocessos nos aparatos legal e institucional do país.

15.01 - CLIMA E CORRUPÇÃO: ANÁLISES EXPLORATÓRIAS E ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE SOCIOAMBIENTAL (ICS 19-20)

Apoiador: Instituto Clima E Sociedade - ICS

Início: 01/10/2019

Término: 31/01/2021

Valor total: R\$ 248.000,00

Breve descritivo: O projeto possui dos objetivos complementares e inter-relacionados: 1) Compreender as principais conexões entre corrupção e a agenda climática por meio de estudos (“Atlas sobre Clima e corrupção” e análise de Fundos Climáticos) e da interação com atores-chave do poder público e da sociedade civil; 2) Contribuir para a estruturação do Programa de Integridade Socioambiental (PISA) e da agenda de Clima e Corrupção da TI - Brasil, proporcionando as bases para a atuação da organização no tema, nos próximos anos.

15.02 - UN CONVENTION AGAINST CORRUPTION (UNODC)

Apoiador: United Nations Office on Drugs and Crime (via Transparencia Mexicana, capítulo mexicano da Transparência Internacional).

Início: 01/01/2021

Término: 31/08/2021

Valor total: € 2.958,00

Breve descritivo: É um estudo para a sistematização das experiências no Brasil, Colômbia e México no acompanhamento de contratações públicas em situação de emergência durante a pandemia de COVID-19. Esta colaboração terá um foco de interesse público e, de forma alguma, constituirá atividade política, eleitoral ou partidária, nem poderá ser utilizada para qualquer fim ilícito.

15.03 - UN CONVENTION AGAINST CORRUPTION (UNCAC)

Apoiador: UNCAC Coalition

Início: 01/06/2021

Término: 01/02/2022

Valor total: € 3.000,00

Breve descritivo: O propósito é pesquisar e escrever um relatório paralelo da sociedade civil sobre a implementação das disposições da UNCAC pelo Brasil na lei e na prática.

15.04 - GOVERNANÇA CLIMÁTICA E CORRUPÇÃO (ICS 21-22)

Apoiador: Instituto Clima E Sociedade - ICS

Início: 01/07/2021

Término: 30/06/2022

Valor total: R\$ 275.000,00

Breve descritivo: Elaboração e lançamento de relatório "Atlas de Clima e Corrupção" que apresente as principais conexões entre clima e corrupção; "Ranking da Transparência e Combate à Corrupção nos governos estaduais" - Desenvolvimento de metodologia, coleta e análise de dados e lançamento do ranking, que incluirá indicadores relacionados a benefícios fiscais e econômicos, regulamentação do lobby e proteção de denunciante, bem como outros possíveis temas que tenham conexão com a agenda climática.

Os projetos não citados acima não possuem descritivo pois foram encerrados em 2020, ou anterior, e seus saldos em 2021 se referem a imobilizados a depreciar reconhecidos como resultados de exercícios futuros no passivo.

11. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram constituídas provisões, pois não foram identificadas ações judiciais e/ou administrativas de nenhum tipo. A Associação segue as normas contábeis e caso seus assessores jurídicos identificassem ações judiciais e/ou administrativas com provável risco de perda, que acarretariam desembolso de recursos mensuráveis com razoável nível de segurança, reconheceria provisão judicial.

12. Patrimônio líquido

O Patrimônio Social é composto por déficit ou superávits dos exercícios aprovados pela Assembleia Geral.

13. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

14. Receita

a. Receita sem Restrição (Doações Pessoas Físicas e Jurídicas)

	2021	2020
Luminate (COVID 19)	-	36.210
Embaixada da Comunidade da Austrália	8.422	-
Doação Pessoa física (individuais e plataforma)	42.082	16.661
Haakon Lorentzen	116.954	-
Ingeborg Lorentzen Ribeiro	26.590	-
Regnhild Lorentzen	40.998	-
Victoria Ragna Lorentzen	15.459	-
Teresa Cristina Bracher	10.000	-
João Gomez	7.000	-
	<u>267.505</u>	<u>52.871</u>

b. Receita sem Restrição (Prestação de Serviços)

	2021	2020
Prestação de Serviços	60.850	3.200
(-) Deduções das Receitas	(5.842)	(307)
	<u>55.008</u>	<u>2.893</u>

Sob a liderança de seu Centro de Conhecimento Anticorrupção, a TI Brasil executou em 2021 a produção de boletins sobre o cenário jurídico e institucional anticorrupção, com o objetivo de documentar, informar e analisar eventos relevantes em nível nacional. Esse boletim é um serviço prestado pela Transparência Internacional Brasil com foco em Missões diplomáticas e câmaras de comércio, e por ser uma iniciativa sem fins lucrativos, a receita deste trabalho é totalmente revertida para apoiar a sustentabilidade da missão da TI Brasil.

c. Parceiros institucionais (receitas com restrições)

	2021	2020
PROJETOS RESTRITOS - TI SECRETARIADO		
11.01 - TI-S	23.979	3.331
11.02 - GACC 20	-	104.455
11.03 - CSTI 20	42.468	19.977
PROJETOS RESTRITOS - COOPERACAO INTERNACIONAL		
12.01 - NORUEGA 18-19	3.783	3.783
12.02 - NORUEGA 19	2.072	2.072
12.03 - CANADA 19	-	49.552
12.04 - AUSTRALIA 20	-	39.900
12.05 - NORUEGA 20	938.799	1.097.096
12.06 - CANADA 20-21	91.752	82.834
12.07 - REDLAD 20	125.153	38.929
12.08 - DINAMARCA 20	170.290	43.930
12.09 - SANCUS 21	234.147	-
PROJETOS RESTRITOS - FUNDACOES PRIVADAS		
13.01 - FORD	1.768	1.768
13.02 - CLUA 19-20	178.911	399.007
13.03 - LUMINATE 19-20	5.027	593.140
13.04 - OSF 19-21	27.649	1.113.453
13.05 - WWF 19-20	-	60.635
13.06 - ESPACIO PUBLICO	-	66.005
13.07 - KAS 20	-	103.268
13.08 - MOORE 20	1.380.159	392.331
13.09 - JORNADA 20	30.324	15.564
13.10 - FREELAND	42.861	-
13.11 - OSF 21-23	742.746	-
PROJETOS RESTRITOS - ONGS/UNIVERSIDADES/INSTITUTOS		
15.01 - ICS 19-20	4.960	232.624
15.02 - UNODC	15.034	-
15.03 - UNCAC	11.564	-
15.04 - ICS 21-22	113.742	-
	<u>4.187.189</u>	<u>4.463.654</u>

Vale ressaltar que os projetos estão descritos na Nota Explicativa nº 10.

15. Despesas com pessoal

	2021	2020
Salários e Ordenados	1.490.456	1.466.619
INSS	387.148	407.867
13º Salário	189.301	171.957
Férias	227.009	143.207
Fgts	130.879	127.841
Vale refeição/Refeitório	112.844	124.595
Adicionais Horas extras	13.622	115.383
Ass. Médica e Medicina do Trabalho	82.145	64.890
Aviso Prévio e Indenizações	6.056	57.950
Provisão INSS Férias	50.754	33.027
Cursos e Treinamentos	13.145	22.179
Estagiário	7.379	21.102
Pis Folha de Salários	15.738	16.006
Provisão FGTS Férias	15.560	10.444
Autônomos	17.849	5.169
Provisão Pis Férias	2.084	1.331
Vale Transporte	-	406
Outras despesas com Pessoal	68.971	64.456
	<u>2.830.942</u>	<u>2.854.429</u>

No dia 31 de dezembro de 2020 a entidade possuía 18 funcionários e em 31 de dezembro de 2021 esse número mudou para 17 funcionários.

O decréscimo de horas extras foi causado pela alteração em convenção coletiva do Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional onde o limite de compensação de horas foi alterado de semestral para anual.

“Outras despesas com Pessoal” contém despesas com Auxílio de infraestrutura, para cobrir as despesas dos funcionários trabalhando em regime de home office; Despesas com seguro de vida para os funcionários; e contribuições sindicais.

16. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Consultorias e Pesquisas	1.080.581	1.011.425
Comunicação, Tradução e Revisão	124.819	103.343
Licença de Uso de Software	112.805	69.839
Plataformas, Eventos, Fotografia e Filmagem	83.943	80.879
Contabilidade e Auditoria	68.731	38.447
Aluguéis e Condomínios	46.698	146.447
Recursos Humanos	35.960	28.018
Depreciação	28.790	26.259
Material de Consumo e Manutenção	27.964	28.972
ITCMD	18.960	4.131
Passagens	11.522	25.233
Outras despesas administrativas e Captação	11.410	7.014
Serviços Gráficos	9.626	22.089
Telefone, Celular e Internet	6.086	7.952
Informatica	5.892	3.117
Hospedagens	3.310	7.844
Alimentação	2.570	3.020
Seguros	2.514	13.000
Assinatura de Jornais, Revistas e Periodicos	2.098	1.762
Correios	1.729	387
Condução e Taxi	1.697	6.949
Doações efetuadas	1.356	7.893
Brindes, Presentes e Cortesias	719	5.326
Cartório	602	513
Outros Impostos e Taxas	545	2.900
Motoboy e entregas	379	333
Material de Escritório	122	1.228
Impressões	44	6.198
Perdas Não Operacionais	-	302
	<u>1.691.472</u>	<u>1.660.818</u>

17. Resultado financeiro líquido

A variação dos rendimentos financeiros refere-se basicamente, queda de rentabilidade, impactado principalmente pela taxa Selic.

	2021	2020
Despesa financeira		
Tarifas bancárias	(6.368)	(11.221)
Juros e multas passivas	(2.980)	(503)
IOF	-	(137)
IRRF s/aplicações financeiras	(22.286)	(10.002)
Despesa com operação de câmbio	(113)	(1.192)
	<u>(31.747)</u>	<u>(23.055)</u>
Receita financeira		
Rendimento Aplicações Financeiras	28.980	11.872
Cofins s/Receitas Financeiras	(5.748)	(1.867)
Receita com operação de câmbio	341	865
Descontos Obtidos	-	175
Outras receitas financeiras	495	2
	<u>24.068</u>	<u>11.047</u>
	<u>(7.679)</u>	<u>(12.008)</u>

18. Trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebida durante os exercícios de 2021 e 2020.

O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas do valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:

Descrição	2021		Total
	Horas Dedicadas	Custo médio Hora	
Conselho Diretor	126	1.362	171.656
Conselho Fiscal	20	1.362	27.247
Pesquisadores	360	12	4.345
			203.248

Descrição	2020		Total
	Horas Dedicadas	Custo médio Hora	
Conselho Diretor	113	1.283	144.930
Conselho Fiscal	7	1.283	8.978
Pesquisadores	1.200	11	13.636
			167.545

No ano de 2020 houve uma atualização na metodologia utilizando horas dedicadas multiplicando por taxa média de custo de hora do montante de conselheiros.

19. Renúncia fiscal

A Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021:

IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)

CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)

A Associação é isento do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) por sua natureza e objeto, conforme artigo 15 da Lei 9.532/1997.

A Associação não é contribuinte do PIS na modalidade "Faturamento", sendo contribuinte a alíquota de 1% na modalidade folha de salários, conforme IN 247/2002.

20. Seguros

A Associação mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando, fundamentalmente a natureza das suas atividades e as orientações de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.